



# AMEAÇA MAJORITÁRIA E BOLSONARISMO: QUAL A RELAÇÃO?

*Gregório Unbehaun Leal da Silva<sup>1</sup>*

---

## Resumo

Esse trabalho objetiva testar os determinantes da ameaça majoritária à democracia liberal (Grossman et al., 2021) no Brasil. Contrária aos preceitos clássicos de democracia liberal, a ideia associa maior poder ao executivo, desdém às minorias e ao equilíbrio dos poderes. A ideia de fazer esse levantamento parte dos apontamentos de recente trabalho (Albertus e Grossman, 2021) que aponta para essa dimensão associada ao apoio a Jair Bolsonaro. Utilizam-se dados obtidos de amostra nacional em pesquisa feita logo após o pleito de 2018. Os resultados apontam para a corroboração dos achados de Albertus e Grossman. Entre as variáveis de controle, a escolaridade e a renda foram associadas negativamente à concepção majoritária. Outro instigante resultado é que o voto em Ciro Gomes, foi o que menos se mostrou associado à ameaça majoritária.

## Palavras-chave

Majoritarianismo;  
Bolsonarismo;  
Ameaça majoritária;  
Democracia iliberal.

---

## MAJORITY THREAT AND BOLSONARISM: WHAT IS THE RELATIONSHIP?

## Abstract

*This work aims to test the determinants of the majority threat to liberal democracy (Grossman et al., 2021) in Brazil. Contrary to the classic precepts of liberal democracy, the idea associates greater power to the executive, disdaining minorities and the balance of powers. The idea of this survey is based on a recent work (Albertus and Grossman, 2021) which points to this dimension associated with support for Jair Bolsonaro. Data obtained from a national sample in a survey carried out shortly after the 2018 election are used. The results point to corroboration of the findings by Albertus and Grossman. Among the control variables, education and income were negatively associated with the majority conception. Another instigating result is that the vote for Ciro Gomes was the one that was least associated with the majority threat.*

## Keywords

Majoritarianism;  
Bolsonarismo;  
Majoritarian threat;  
Illiberal democracy.

---

<sup>1</sup> Mestre e Doutorando em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: gregoriosilva1986@gmail.com.

## Introdução

A questão das minorias e da divisão dos poderes em democracias é preocupação desde os discursos dos pais fundadores da democracia na América (HAMILTON, 1993). A tentativa de equilibrar a inclusão das massas no processo decisório com a proteção das minorias e o equilíbrio dos poderes é preocupação clássica dos preceitos da democracia liberal (DAHL, 2005; 2006).

As minorias devem-se curvar às maiorias? Um presidente eleito pela maioria dos votos deve tolerar outros poderes, como a suprema corte? Ter um líder forte, mesmo que não cumpra as regras, é bom para o país? Questões dessa natureza serão aqui testadas afim de se verificar se os determinantes da concepção comumente associada à ameaça majoritária (GROSSMAN *et al.*, 2021) à democracia liberal. O majoritarianismo<sup>2</sup> é a visão política associada à essa ameaça.

O fenômeno de uma pretensa crise da democracia liberal é preocupação de um conjunto de obras (RUNCIMAN, 2018; DALTON, 2018; LEVISTKY; ZIBLATT, 2018; NORRIS; INGLEHART, 2019; MOUNK, 2019) que nos últimos anos tem empilhado as prateleiras das livrarias apontando para o aprofundamento dos riscos eminentes à democracia pelo mundo. Esse conjunto de obras associa líderes da chamada nova-direita, entre eles o brasileiro Jair Bolsonaro, como principais fomentadores o desmantelamento do regime democrático liberal pelo mundo

Muitas dessas obras apontam esses líderes e seus adeptos muitas vezes como autoritários ou antidemocráticos. Outro conceito recém apresentado para aferir alguns que contestam preceitos mínimos de democracia liberal é o de majoritarianismo (GROSSMAN *et al.*, 2021). “Majoritários permitem tomadas de poder não apesar de seus ideais democráticos, mas por causa deles. Para os majoritários, “democracia ‘não é sinônimo de’ democracia liberal’; eles priorizam o poder dos ocupantes eleitos sobre a responsabilidade horizontal”<sup>3</sup> (GROSSMAN *et al.*, 2021, p.2, tradução minha).

Majoritários, portanto, não são autoritários *per se*. Sua discordância dos preceitos liberais de democracia é o entendimento contrário a alguns preceitos da democracia liberal, não todos. Essa “ameaça majoritária” é apontada como presente em quatro países da América, entre eles o Brasil, em recente estudo (ALBERTUS; GROSSMAN, 2021). Os autores apontam que de 10 a 35% do eleitorado parece estar pensando dessa forma. Trata-se de uma “minorias crescente”, que pode não ser notada por aqueles que avaliam adesão à democracia com metodologias mais “tradicionais”.

Utilizando dados do Estudo Eleitoral Brasileiro<sup>4</sup> (doravante, Eseb) da onda de 2018, esse estudo busca verificar essa dimensão no público brasileiro. É relevante

<sup>2</sup> Tradução livre a partir dos termos *majoritarianism* e *majoritarian* em Grossman *et al.*, 2021.

<sup>3</sup> No original: “Majoritarians enable power grabs not in spite of their democratic ideals, but because of them. For majoritarians, ‘democracy’ is not synonymous with ‘liberal democracy’; they prioritize elected incumbents’ power over horizontal accountability.”

<sup>4</sup> <<https://www.cesop.unicamp.br/por/eseb>> Acesso em 27 ago 2021.

destacar que os dados foram obtidos logo após as eleições de 2018. Considerando que o governo de Jair Bolsonaro teve início nesse pleito e resultou posteriormente em um aumento da polarização política, culminando nos eventos de 8 de janeiro em Brasília. Compreender o pensamento dos cidadãos brasileiros em uma eleição tão marcante é de grande importância, pois remete à base da identificação desses eleitores com os princípios fundamentais da democracia liberal.

Para cumprir tal objetivo, o que se segue se divide em cinco partes. Na primeira, apresentar-se-á uma definição do que se entende por majoritarismo. Na segunda parte, haverá o destaque para os achados de Albertus e Grossman (2021) para o majoritarismo no Brasil. Na sequência, falar-se-á dos dados e métodos adotados. Os resultados, serão apresentados na quarta parte. A parte final traz uma discussão conclusiva.

### Majoritarianismo

Robert Dahl (2005; 2006) clássico formulador dos elementos que corroboram a definição de democracia liberal, traz em seu bojo noção de poliarquia. Esse termo é comumente (WELZEL, 2013; KAUFMAN; HAGGARD, 2017; SILVA, 2021) associado ao que se entende por democracia liberal.

Em *Preface to Democratic Theory*, publicado originalmente em 1956, o autor aponta a construção de seu conceito, ancorado em dois pilares. Um deles é a preocupação com o elemento da participação popular; o outro é a existência de um arranjo institucional adequado para evitar a tirania da maioria. Trata-se de um modelo conciliatório de ajuste das majorias com as minorias. Seu modelo supõe existência de freios e contrapesos, tais como: o bicameralismo, a divisão de poderes, etc. Concomitantemente a esses arranjos institucionais, o estímulo à participação política acompanha a construção normativo/empírica de Dahl.

Em suma, a presença dos dois elementos visava combater conjuntamente os riscos do faccionalismo, da opressão das majorias sobre as minorias e o risco da exclusão das massas do processo decisório. Essa visão de Dahl (2006) é corroborada em outro lugar: “Por ‘democracia liberal’ entendemos um sistema com competição eleitoral, participação, freios e contrapesos e garantias dos direitos civis e políticos<sup>5</sup>” (KAUFMAN; HAGGARD, 2017, p. 417, tradução minha).

Em *Poliarquia* - originalmente publicado em 1971 - Dahl aprofunda seu modelo empírico/normativo. Em seu estudo mais aprofundado dos processos de democratização, o autor nos premia com uma teoria que o notabilizou como um dos formuladores da democracia liberal.

Dois elementos primordiais ganham espaço em sua teoria, a liberalização e a inclusividade, sendo que o primeiro remete aos freios e contrapesos (a parte liberal) e o segundo ao elemento da vontade popular (a parte democrática) apresentado em Dahl (2006). Dahl (2005) analisa os regimes de seu tempo e os classifica em quatro

---

<sup>5</sup> No original: “By ‘liberal democracy’ we mean a system with electoral competition, turnover, checks and balances, and guarantees of civil and political rights”.

tipos mediante o elemento presente/ausente entre as díades liberalização e inclusividade. A **figura 1** resume essa relação.

**Figura 1** - A classificação dos regimes políticos segundo Dahl



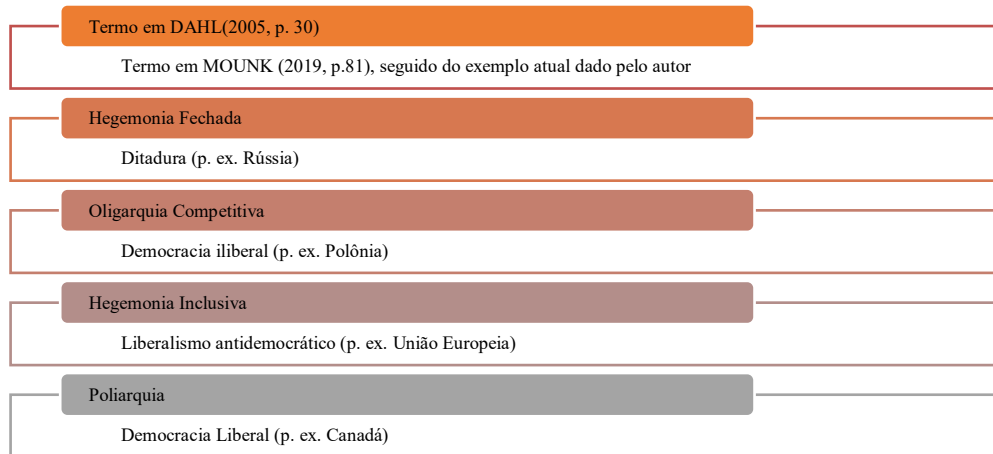
Fonte: elaborado pelo autor com base em Dahl (2005)

Dahl nomeia de Poliarquia, os regimes que tivessem os dois atributos. Hegemonia fechada, por sua vez, seria o regime político com ausência tanto de inclusividade, quanto de liberalização. À Hegemonia Inclusiva, por outro lado, faltaria apenas a inclusividade. A ausência do elemento liberal e a presença do elemento democrático definem o que o autor chama de Oligarquia Competitiva.

Os valores liberais (atribuídos como liberalização no esquema da figura 1) podem ser resumidos para fins de nossa análise em dois aspectos: aceitação das regras por parte dos políticos eleitos, especialmente em relação aos outros poderes, e o respeito ao direito das minorias. A inclusividade requer a participação política, isso em um patamar mínimo refere-se ao voto, embora outras formas de participação também sejam bem-vindas. Um aprofundamento dessa última dimensão foge do escopo deste trabalho.

Em Silva (2021), há a tentativa de unificar os apontamentos de Dahl (2005) com um dos livros recentes que apontamos na introdução deste trabalho (Mounk, 2019). A figura 2 sintetiza essa tentativa:

**Figura 2** - Aproximações entre Robert Dahl e Yasha Mounk



Fonte: SILVA (2021, p.19)

A figura 2 é uma leitura de influência dahlsiana sobre obra de estrondosa repercussão recente. “Trata-se, somente, de uma aproximação e não a exata apropriação de Dahl por Mounk. Essa afinidade, se correta, é um exemplo da importância de Dahl. Mounk faz coro a Dahl também quando diagnostica nossa atual condição como *desconsolidação democrática*” (SILVA, 2021, p. 20).

Tendo definido<sup>6</sup> democracia liberal, nosso foco incide sobre um dos regimes problemáticos, o da Oligarquia Competitiva (ou Democracia iliberal para Mounk). Nesse regime há aceitação da inclusividade, ou do elemento democrático, porém há a negação da liberalização, ou do elemento liberal.

O foco agora é encontrar entre algumas definições de opinião do público sobre o regime, naquele que melhor coaduna com a democracia iliberal. Comparamos quatro definições que tentam diagnosticar os problemas recentes do regime democrático, tendo como base as atitudes políticas dos cidadãos. O objetivo é o de verificar qual dessas mais incorpora a problemática da não aceitação das minorias e dos pesos e contrapesos.

Cumpra antes, entretanto, apontar uma diferenciação nesse trabalho. Aqueles que apoiam um regime do tipo iliberal, nem sempre o fazem por concordar com o autoritarismo implícito nesse tipo de regime. A adesão parcial a um dos pilares da democracia liberal - o da inclusividade- pode estar associado a defesa de um regime que também só é parcialmente democrático. A diferença entre autoritários e majoritários, é, portanto, de natureza discursiva. Enquanto, os primeiros defendem abertamente uma ditadura ou atos autoritários sem ver problema nisso, os segundos creem que a democracia é majoritária. Ao se verem como democráticos, os majoritários dificilmente responderam negativamente à questão da adesão à democracia em perguntas de estilo churchiliano<sup>7</sup>.

<sup>6</sup> Uma definição mais clara de democracia liberal pode ser obtida em Kaufman e Haggard (2017). Welzel (2013) também aponta uma definição mínima similar à apresentada aqui. Evita-se entrar aqui em uma maior controvérsia sobre o termo democracia, ao adotar essa versão mínima conseguimos localizar melhor o objeto desse trabalho.

<sup>7</sup> “Parte considerável dos estudos aplica o tradicional indicador: a democracia pode ter problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo. Essa questão, que remete à

Por isso, tendo em vista a busca dessa ameaça majoritária, é necessário adotar outra estratégia. A investigação dos problemas de adesão ao regime democrático por parte do público foi investigada por quatro trabalhos que encontraram diferentes noções no público que fogem do ditame liberal e que por isso merecem ser investigados. Àquele que melhor se enquadra (Grossman *et al.*, 2021) com o problema apontado como condizente ao da Oligarquia Competitiva, foi escolhido como passo seguinte a fim de investigar o problema do majoritarismo no Brasil.

Graham e Svobik (2020) são tácitos em apontar que a adesão do público a regras democráticas de respeito às minorias e/ou aos adversários dependem do grau de polarização daquele país. Os achados dos autores, entretanto incorporam tanto aqueles que são majoritários, quando aqueles autoritários, uma vez que não diferenciam entre as duas dimensões acima destacadas da forma similar ao que Dahl (2005) e Mounk (2019) fizeram em relação aos regimes. Isso obviamente não retira validade dos achados quanto aos riscos gerais à democracia, uma vez que autoritários também são nocivos ao regime, mas fogem do escopo que buscamos aqui.

Welzel (2013), por sua vez encontrou quatro definições de democracia em suas pesquisas globais. Duas delas não seriam condizentes com a democracia liberal entendida pelo autor (que também argumenta em favor de um conceito dahlsiano). A noção populista é uma definição em que o público conceitua democracia como segurança econômica e a presença da lei e ordem. Essa definição é muito mais instrumental do que aqui buscamos e, portanto, não tem serventia para a apreciação do risco majoritário.

A outra definição de Welzel é a noção autoritária, também estudada por Kirsch e Welzel (2019). Nessa, o público associa democracia a conceder mais poder aos militares ou à líderes religiosos. Essa “confusão” está distante da ideia de que o voto da maioria deve prevalecer e que as minorias e a suprema corte devem se curvar.

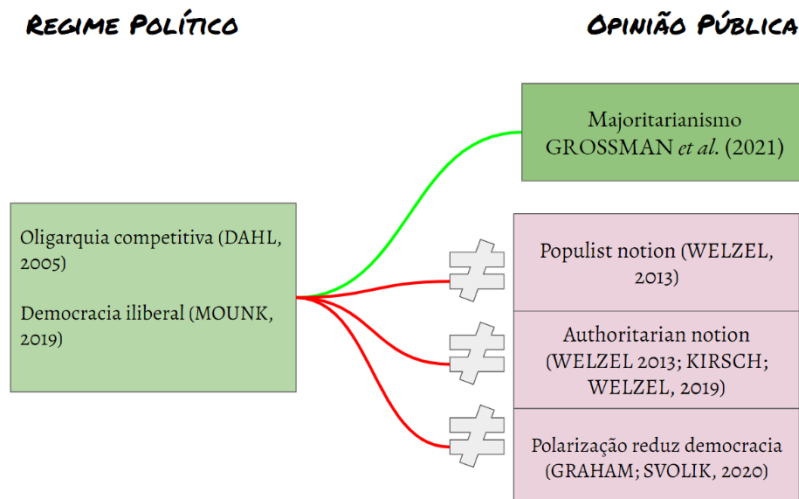
No estudo Grossman e de seus colegas (2021) encontramos uma noção aplicada a nosso problema. Essa ressalta que os eleitores se entendem como democratas, apoiam que todos devem ter os mesmos direitos ao sufrágio, mas desconsideram os freios e contrapesos, bem como a proteção às minorias. Há, então, uma consistência entre um regime iliberal - mas não inteiramente autoritário, pois é inclusivo - e a atitude majoritária.

Na **figura 3**, apontamos a consonância entre os achados no público desse trabalho, com a preocupação candente em Dahl (2005) e Mounk (2019).

**Figura 3** - Ameaça majoritária à democracia liberal no regime político e no público

---

denominada ‘posição churchilliana’, é reconhecida internacionalmente como medida de apoio à democracia como forma de governo” (OLIVEIRA, 2017, p. 11).



Fonte: elaboração própria

Grossman *et al.* (2021) estuda o caso dos Estados Unidos. Outro levantamento em que Grossman é co-autor (ALBERTUS; GROSSMAN, 2021) parte da teoria apresentada em Grossman *et al.* (2021), e analisa quatro países das Américas. Um deles é o Brasil.

Albertus e Grossman (2021), utilizam técnicas de experimentos de lista em *survey* e tentam verificar três atitudes por parte do público que contribuem para a erosão democrática. A primeira é o erro “cordeiro na pele de lobo”; o segundo tipo é o autoritário maximizado pela polarização; o terceiro é o majoritarianismo.

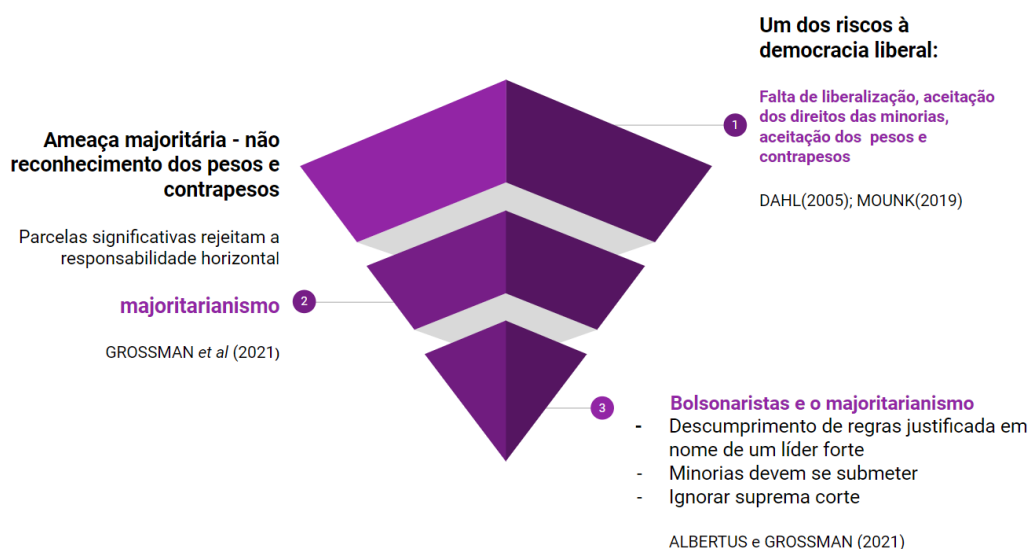
O primeiro grupo seria aqueles que são adeptos dos valores da democracia liberal, mas entendem que o líder autoritário será enquadrado pelo sistema político. Por entender que esse candidato, que é “apenas um personagem” que “não mandará de fato”, é menos pior que a(s) outra(s) opções tende a conceder seu voto nele. Eleitores com essa atitude, tão logo percebem o erro na análise, tendem mais facilmente a abdicar do apoio originalmente dado.

Os autoritários, especialmente motivados por um dado contexto de polarização, tendem a manter o apoio ao líder autoritário eleito, uma vez que não corroboram com valores da democracia liberal. O estar associado a um dos lados da polarização acentua a aceitação consciente da quebra dos pressupostos liberais de democracia, por parte daqueles que são assumidamente autoritários. Essa avaliação se assemelha ao apontado por Graham e Svulik (2020). O trabalho de Albertus e Grossman, não se deteve sobre as atitudes eleitorais desse grupo.

O majoritário, por fim, é aquele que tolera algumas atitudes autoritárias do presidente, face a uma concepção que é somente parcialmente liberal. Os apoiadores de Bolsonaro foram identificados como mais propensos a pertencer a esse grupo do que apoiadores de outros políticos.

A **figura 4**, finaliza essa sessão e apresenta o caminho para que possamos analisar o caso brasileiro, no que concerne especificamente à ameaça majoritária. Tem-se o objetivo de se assemelhar a um funil para que o leitor entenda o caminho teórico mobilizado até chegarmos ao caso brasileiro

Figura 4 - Esquema analítico



Fonte: elaborado pelo autor

A escolha das questões expostas na terceira fase da figura 4, tem por suposto um diálogo entre os dados dos quais dispomos e os achados para o Brasil da pesquisa de Albertus e Grossman (2021). O que se segue, tem por objetivo apresentar esses achados, afim de justificar a operacionalização aqui realizada.

### Majoritarianismo no brasil

Albertus e Grossman (2021), realizam experimentos de lista em survey e concluem que expressivas margens dos eleitorados de Argentina, México, Estados Unidos e Brasil são adeptos do majoritarianismo. Os valores são variáveis entre países e entre situações. Entre 10 a 35%, segundo os autores, podem defender esse conjunto de valores.

No caso brasileiro, os experimentos foram realizados após a posse de Jair Bolsonaro, encontraram associação entre apoio ao incumbente e à demissão de um funcionário público não leal ao presidente, mesmo havendo norma ou lei<sup>8</sup> proibindo. Foi encontrada também associação entre apoio a Bolsonaro e mudança na corte suprema em nome da maioria, mesmo havendo norma ou lei proibindo.

Tendo em base esse conjunto de questões, a novidade relacionada à análise é ligação encontrada entre o bolsonarismo e o risco majoritário. Esse trabalho se insere na perspectiva de testar essa associação. No que se segue, apresentam-se as técnicas e dados aqui utilizados para que se verifique os achados de Albertus e Grossman para o Brasil também são encontrados quando analisados à luz de dados observacionais.

Antes, porém apresentamos nossas quatro hipóteses desse trabalho:

<sup>8</sup> Para Albertus e Grossman (2021), norma tem um sentido mais de indicação, já a lei é estatutária. Em ambos os casos apoiadores de Bolsonaro foram mais propensos a tolerar a não observância por parte do incumbente.



- *H1 - Eleitores de Bolsonaro são mais propensos a ideia de que as minorias devem se curvar às maiorias.*
- *H2 - São mais propensos, os eleitores de Bolsonaro, a ideia de que um líder forte, mesmo que não cumpra as regras, é bom para o Brasil.*
- *H3 - A interferência da corte suprema é mais desconsiderada por eleitores de Bolsonaro.*
- *H4 - Em geral, eleitores de Bolsonaro são mais majoritários.*

Em suma, as expectativas indicam proximidade aos achados em Albertus e Grossman (2021).

### Dados e metodologia

Os dados de dispostos possibilitaram que três questões fossem utilizadas para fins de verificação das hipóteses. As questões selecionadas constam na **tabela 1**.

**Tabela 1 - variáveis de majoritarianismo utilizadas**

Código	Pergunta	Respostas possíveis	Modelos utilizados
P18	<b>O(a) sr(a) concorda ou discorda com a seguinte afirmação:</b> “Quando o Supremo Tribunal Federal (STF) interfere no trabalho do governo, o Presidente ou o Congresso podem ignorar o STF”.	1 - Concorda muito 2 - Concorda um pouco 3 - Nem concorda nem discorda 4 - Discorda um pouco 5 - Discorda muito 8/9 - Não Sabe/Não Respondeu	1,2,3 e 4
Q5b	<b>O(a) sr(a) concorda ou discorda com a seguinte afirmação:</b> “A vontade da maioria deveria sempre prevalecer, mesmo que prejudique os direitos das minorias”.	1 - Concorda muito 2 - Concorda um pouco 3 - Nem concorda nem discorda 4 - Discorda um pouco 5 - Discorda muito 8/9 - Não Sabe/Não Respondeu	5,6,7 e 8
Q4e	<b>O(a) sr(a) concorda ou discorda com a seguinte afirmação:</b> “Ter um líder forte no governo é bom para o Brasil mesmo que o líder não cumpra as regras para fazer as coisas”.	1 - Concorda muito 2 - Concorda um pouco 3 - Nem concorda nem discorda 4 - Discorda um pouco 5 - Discorda muito 8/9 - Não Sabe/Não Respondeu	9,10,11 e 12

Fonte: Eseb 2018

Para verificar a hipótese 1, a variável p18 será binarizada entre dois grupos: os que discordam (níveis 4 e 5) e os que concordam (níveis 1 e 2). As demais respostas serão excluídas. A variável criada será apontada como dependente e testada junto ao voto no primeiro e segundo turno em modelos de tipo binário logístico (POWERS, 2000).

Após esse procedimento, mais dois modelos serão testados, sendo um para cada turno. Serão mais completos contendo variáveis usuais de controle: gênero, ocupação, religião, escolaridade, frequência ao culto, raça e renda. A verificação

das hipóteses 2 e 3 terão procedimentos similares, tendo como base as questões Q5b e Q4e, respectivamente.

Para analisar a hipótese 4, o procedimento incorre na criação de uma escala que juntou as três variáveis em uma só. Para construção dessa, excluiu-se os valores 8 e 9 (Não Sabe e Não respondeu) e se inverteu a carga valorativa (concordância com valores majoritários valor maior e discordância menor). A variável é numérica e tem distribuição dos valores entre 0 e 13<sup>9</sup>. Quanto maior o valor, maior a concordância, portanto maior majoritarianismo, já os valores mais baixos indicam discordância.

Essa variável será apontada como dependente a ser testada em regressões de tipo linear (WOOLDRIDGE, 2006) simples confrontada ao voto no primeiro turno e no segundo turno. Também será testada em regressões mais completas, incluindo as mesmas variáveis de controle acima mencionadas.

Essa variável também sofreu uma binarização a fim de se testar a presença de majoritários fortes frente aos não-majoritários (valores entre 9 e 12 frente aos de valor entre 0 a 3). Após essa recodificação, a variável foi testada nos mesmos quatro tipos de modelos de regressão logística binária testados para as outras hipóteses. A utilização da variável dessa forma permite a realização de simulações com o pacote ‘Zelig’<sup>10</sup> do software estatístico R, utilizado nessa análise<sup>11</sup>.

Antes de prosseguir aos resultados, é cabível uma observação acerca das variáveis condicionadas ao comportamento religioso. Nos baseamos em estudo prévio sobre o impacto da religião e voto na América Latina (BOAS; SMITH, 2015) para utilizarmos duas medidas: pertencimento religioso e frequência ao culto. As outras variáveis de controle foram escolhidas por serem usuais (SCHLEGEL, 2010).

A listagem completa dos modelos de regressão rodados encontra-se na tabela A1 no apêndice. O voto, variável dependente central para a análise das hipóteses, apresenta, para o primeiro turno, a seguinte recodificação: Jair Bolsonaro (PSL<sup>12</sup>); Fernando Haddad (PT<sup>13</sup>); Ciro Gomes (PDT<sup>14</sup>); outros votos válidos<sup>15</sup>; Branco/Nulo/Não sabe. Já no segundo turno, a recodificação se dá da seguinte

<sup>9</sup> A variável tinha distribuição original de 3 a 15, sendo 3 mais majoritário. Para que o majoritarianismo ser o valor maior, buscou-se a mesma lógica das análises logísticas, procedeu-se a seguinte transformação: 15 = 0, 14 = 1, 13 = 2, 12 = 3, 11 = 4, 10 = 5, 9 = 6, 8 = 7, 7 = 8, 6 = 9, 5 = 10, 4 = 11, 3 = 12.

<sup>10</sup> Campello (2015) também fez uso desse pacote em seu trabalho. Esse procedimento, possibilitará verificar diferentes cenários de categorias das variáveis estatisticamente significativas para probabilidades de presença de majoritários fortes. Essa técnica roda os modelos 18 e 20, 1000 vezes e simula a porcentagem a previsão da porcentagem de majoritários fortes para diferentes combinações. Por exemplo: é previsto que 3,5% dos eleitores de Ciro Gomes, com alta escolaridade e alto nível de renda sejam majoritários fortes. 24 simulações são apresentadas na tabela 3

<sup>11</sup> Mais informações: <www.rstudio.com>.

<sup>12</sup> Partido Social Liberal, partido de Bolsonaro no pleito. O presidente deixou o partido em 2019.

<sup>13</sup> Partido dos Trabalhadores.

<sup>14</sup> Partido Democrático Trabalhista.

<sup>15</sup> Inclui todos os outros candidatos que receberam votos em 2018.

forma: Jair Bolsonaro (PSL); Fernando Haddad (PT); Branco/Nulo/Não sabe. A tabela A2, no apêndice, apresenta todas as variáveis utilizadas nos modelos de regressão.

Convém ressaltar que as técnicas utilizadas por Albertus e Grossman são de outra natureza e seus achados avaliam o governo Bolsonaro já como incumbente, em nossa proposta a pesquisa se deu logo após o pleito e sem o andamento da gestão de Bolsonaro. Outra diferença é que a proposta aqui idealizada lida com um problema típico de dados observacionais que é o viés de desejabilidade social (BURLE, 2018)<sup>16</sup>. Isso posto, se justifica que a apreciação aqui proposta contribui para o melhor entendimento da ameaça majoritária no país, uma vez que propõe outra forma de aferição que a de Albertus e Grossman (2021).

Notamos uma imbricação interessante entre voto e escolaridade nos dados, como ficará claro na próxima seção. Para ilustrar usaremos o método Loess para interagir essa possível imbricação, isso possibilitará a percepção de nuances interessantes como se verá a seguir. O método LOESS (Local Regression, ou Regressão Local) é uma técnica estatística usada para ajustar curvas suaves a um conjunto de dados. Oriundo dos estudos originais de Cleveland (1988), adaptamos conforme sugerido por Kutner et al (2004). Essa técnica é útil quando os dados exibem padrões não-lineares ou quando há ruído nos dados. O LOESS ajusta uma curva suave a uma parte local dos dados, adaptando-se às variações locais e permitindo uma análise mais flexível dos padrões subjacentes.

Como uma última nota metodológica cumpre ressaltar que o apêndice pode ser obtido nesse link: <https://bit.ly/3Pblcll>

## Resultados

De forma geral, podemos afirmar que o voto em Bolsonaro, a baixa escolaridade e a baixa renda estão mais fortemente associadas ao majoritarismo. Os modelos referentes às três primeiras hipóteses encontram-se completos nas tabelas A3, A4 e A5 no apêndice deste trabalho. Na **figura 5** analisamos os achados referentes à hipótese 1,2 e 3 através da plotagem dos coeficientes dos modelos 2,4,6,8,10 e 12. Convém ressaltar que o voto em Bolsonaro (no primeiro e no segundo turno) é a categoria referência para voto em todos os modelos.

Para facilitar a leitura do leitor pouco habituado a interpretar resultados de regressão, é necessário facilitar explicitando como proceder o entendimento da figura 5. Este é um gráfico que mostra diferentes resultados de modelos, que são como "fórmulas" que tentam prever ou entender o que prediz a probabilidade de alguém pertencer a categoria de majoritários fortes. Valores a direita indicam

---

<sup>16</sup> As pessoas tendem a se envergonhar diante do entrevistador e não se assumirem totalmente diante de perguntas "polêmicas". Isso pode escamotear os achados, subdimensionando crenças polêmicas. Mas como há um achado prévio no estudo de Albertus e Grossman, parece ser válido seguir com o plano. Além disso nosso foco é encontrar aqueles assumidamente majoritários e não os autoritários, aquilo que os majoritários preconizam seguindo a literatura apresentada não é algo polêmico, parece ser ponto pacífico entre eles que a democracia se restringe ao voto e nada mais.

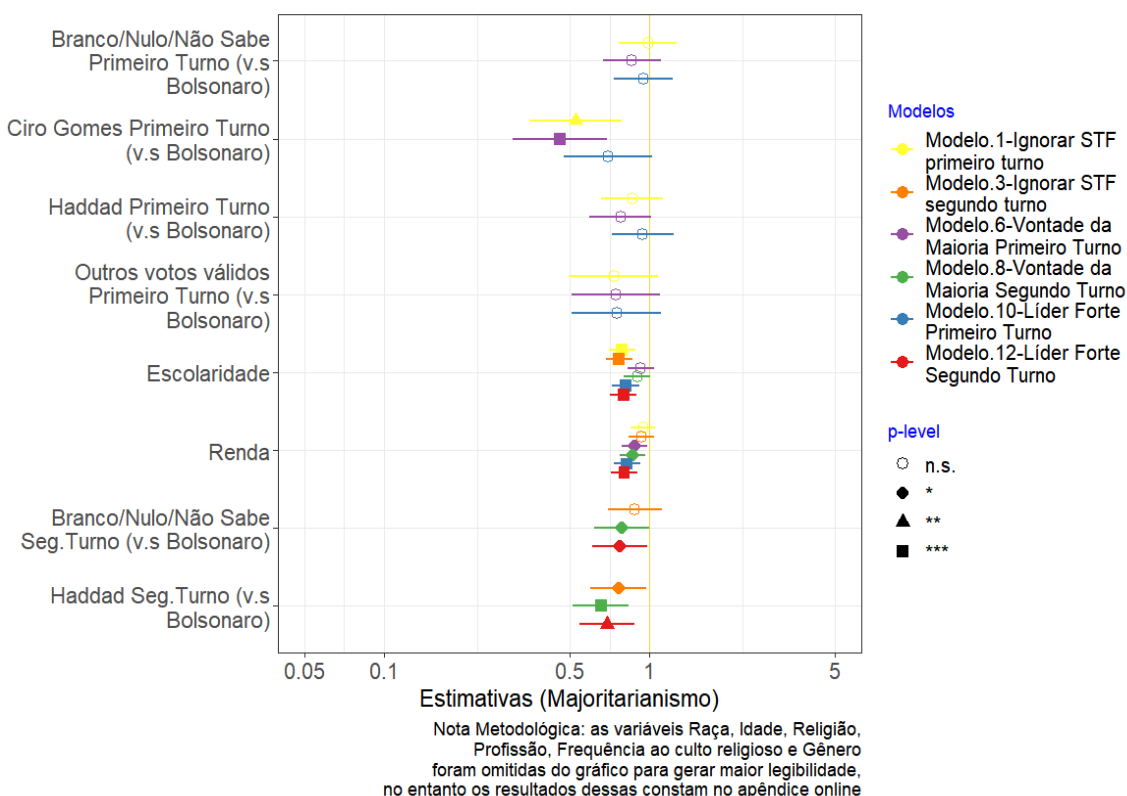
maiores probabilidades de pertencer a esse grupo. Optamos por manter a variável voto e a de renda e escolaridade nesse gráfico por serem as mais relevantes do ponto de vista teórico e empírico (ou seja por apresentarem resultados estatisticamente significantes).

O modelo 2 é referente à questão sobre o STF, nele se testa a associação entre essa dimensão e o voto no primeiro turno, junto as variáveis usuais de controle. Voto em Ciro Gomes - no sentido esperado pela hipótese 1 - e escolaridade foram as únicas variáveis significativas à  $p < 0.05$ . Já no segundo turno (modelo 4), o voto em Haddad - também em sentido esperado pela hipótese 1 - e a escolaridade obtiveram significância estatística. Outros votos, embora não significantes à  $p < 0.05$ , tem o sentido esperado pela hipótese 1.

Os modelos 6 e 8 também constam na figura 5 e referem-se à questão sobre a relação maiorias/minorias, os resultados são similares ao encontrado na questão do STF. A renda foi a única variável de controle significativa nos modelos. Em relação aos votos, quando comparados à categoria de referência, todos têm sentido esperado na direção da hipótese 2, embora somente Ciro Gomes no primeiro turno e Haddad no segundo, são significativas à  $p < 0.05$ .

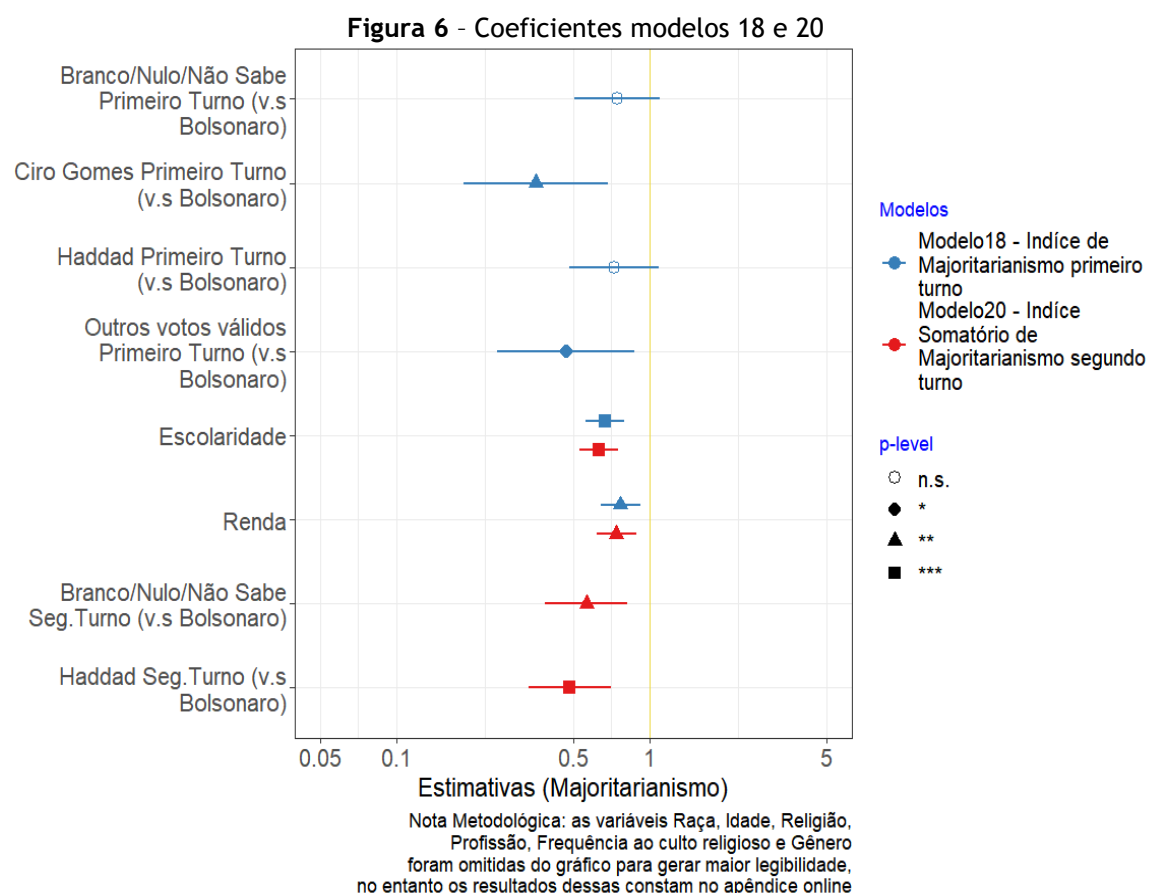
A questão Q4e é analisada nos modelos 10 e 12. Q4e refere-se à: “Ter um líder forte no governo é bom para o Brasil mesmo que o líder não cumpra as regras para fazer as coisas”. A discordância com essa afirmação é estatisticamente significativa à  $p < 0.05$  para voto em Haddad no segundo turno (quando comparado à Bolsonaro). Todos os votos, quando comparados à votos em Bolsonaro, mesmo quando não significantes, seguem o caminho esperado pela hipótese 3.

**Figura 5 - Coeficientes dos modelos 2,4,6,8,10 e 12.**



Os resultados dos modelos de regressão linear 13,14,15,16 constam no apêndice online. A variável dependente desses modelos é o índice geral de majoritarianismo. A **figura 6** apresenta a plotagem gráfica dos coeficientes dos modelos 18 e 20. A lógica é a mesma da figura 5, optamos por omitir as variáveis de controle, exceto renda e escolaridade, e nos focar na relação entre o voto e pertencimento ao grupo majoritário forte. No entanto, aqui nosso foco incide sobre o índice somatório que leva em consideração as três questões, portanto é uma medida mais robusta, pois encontra consonância com as definições de Dahl (2005,2006) e Mounk (2019) . Os resultados dos modelos 17 e 19 também constam no apêndice online, são modelos semelhantes aos modelos 18 e 20, sem a adição dos controles.

Sobre os controles em todos os modelos em que estiveram presentes se destacam a pertinência de renda e escolaridade. A adição dessas variáveis não retirou a significância do voto e o sentido de que eleitores de Bolsonaro sempre tem sentido esperado e em boa parte significativo quando a maiores chances de adotar posições iliberais.



**Fonte:** elaboração própria

Para reforçar esses apontamentos referentes à hipótese 4. A tabela 2 testa os modelos 18 e 20 em 1000 simulações para cada dos 24 casos no qual associa diferentes cenários com categorias das variáveis significantes nos modelos. Além de todas as categorias de voto presentes nos modelos, dois níveis de renda e escolaridade também foram simulados. A tabela 3, apresenta a porcentagem prevista de majoritários fortes em todas as simulações testadas.

A junção das três questões testadas nas hipóteses 1,2 e 3 permitiram uma apreciação mais completa do quadro do majoritarianismo no Brasil. Os resultados indicam apreciação positiva para a hipótese 4, ou seja, próximo dos achados de Albertus e Grossman (2021), mesmo diante do uso de técnicas e dados de outra natureza.

**Tabela 2 - Simulações modelos 18 e 20.**

Modelo	Simulação	% majoritário forte previsto
18	Voto em Bolsonaro (1º Turno)	40,3%
18	Voto em Haddad (1º Turno)	34%
18	Voto em Ciro Gomes (1º Turno)	19,3%
18	Voto em Outros Candidatos(1º Turno)	26,6%
18	Voto em Branco/Nulo/Não Sabe (1º Turno)	33,3%
18	Voto em Bolsonaro (1º Turno), escolaridade e renda nos níveis mais baixos	76,7%
18	Voto em Haddad(1º Turno) , escolaridade e renda nos níveis mais baixos	70,2%
18	Voto em Ciro Gomes (1º Turno), escolaridade e renda nos níveis mais baixos	53%
18	Voto em Outros Candidatos(1º Turno), escolaridade e renda nos níveis mais baixos	61,2%
18	Voto em Branco/Nulo/Não Sabe (1º Turno), escolaridade e renda nos níveis mais baixos	72,1%
18	Voto em Bolsonaro (1º Turno), escolaridade e renda nos níveis mais altos	10%
18	Voto em Haddad(1º Turno) , escolaridade e renda nos níveis mais altos	7,7%
18	Voto em Ciro Gomes (1º Turno), escolaridade e renda nos níveis mais altos	3,5%
18	Voto em Outros Candidatos(1º Turno),	4,6%

	escolaridade e renda nos níveis mais altos	
18	Voto em Branco/Nulo/Não Sabe (1º Turno), escolaridade e renda nos níveis mais altos	10,6%
20	Voto em Bolsonaro (2º Turno)	42,2%
20	Voto em Haddad(2º Turno)	25,4%
20	Voto em Branco/Nulo/Não Sabe (2º Turno)	25,5%
20	Voto em Bolsonaro (2º Turno), escolaridade e renda nos níveis mais baixos	81,5%
20	Voto em Haddad(2º Turno) , escolaridade e renda nos níveis mais baixos	69,7%
20	Voto em Branco/Nulo/Não Sabe (2º Turno), escolaridade e renda nos níveis mais baixos	72,4%
20	Voto em Bolsonaro (2º Turno), escolaridade e renda nos níveis mais altos	7,6%
20	Voto em Haddad(2º Turno) , escolaridade e renda nos níveis mais altos	3,2%
20	Voto em Branco/Nulo/Não Sabe (2º Turno), escolaridade e renda nos níveis mais altos	5,7%

Elaborado pelo autor com a ferramenta 'Zelig'. Dados do Eseb 2018.

A confirmação da hipótese 4 é corroborada pelo resultado das simulações. Em nenhum caso, a votação em Bolsonaro representou uma redução da probabilidade de haver presença de majoritários fortes. A **tabela 3** sintetiza os achados nos modelos completos que incluem variáveis de controle.

Tabela 3 - as hipóteses

Voto	Hipótese / Modelo	Propensão
Voto em Haddad(1º Turno)	1 / 2	H0
Voto em Ciro Gomes (1º Turno)	1 / 2	H+
Voto em Outros Candidatos(1º Turno)	1 / 2	H0
Voto em Branco/Nulo/Não Sabe (1º Turno)	1 / 2	H0
Voto em Haddad(2º Turno)	1 / 4	H+
Voto em Branco/Nulo/Não Sabe (2º Turno)	1 / 4	H0
Voto em Haddad(1º Turno)	2 / 6	H0
Voto em Ciro Gomes (1º Turno)	2 / 6	H+
Voto em Outros Candidatos(1º Turno)	2 / 6	H0
Voto em Branco/Nulo/Não Sabe (1º Turno)	2 / 6	H0
Voto em Haddad(2º Turno)	2 / 8	H+
Voto em Branco/Nulo/Não Sabe (2º Turno)	2 / 8	H0
Voto em Haddad(1º Turno)	3 / 10	H0
Voto em Ciro Gomes (1º Turno)	3 / 10	H0
Voto em Outros Candidatos(1º Turno)	3 / 10	H0
Voto em Branco/Nulo/Não Sabe (1º Turno)	3 / 10	H0
Voto em Haddad(2º Turno)	3 / 12	H+
Voto em Branco/Nulo/Não Sabe (2º Turno)	3 / 12	H0
Voto em Haddad(1º Turno)	4 / 14	H0
Voto em Ciro Gomes (1º Turno)	4 / 14	H+
Voto em Outros Candidatos(1º Turno)	4 / 14	H+
Voto em Branco/Nulo/Não Sabe (1º Turno)	4 / 14	H0

Voto em Haddad(2º Turno)	4 / 16	H+
Voto em Branco/Nulo/Não Sabe (2º Turno)	4 / 16	H+
Voto em Haddad(1º Turno)	4 / 18	H0
Voto em Ciro Gomes (1º Turno)	4 / 18	H+
Voto em Outros Candidatos(1º Turno)	4 / 18	H+
Voto em Branco/Nulo/Não Sabe (1º Turno)	4 / 18	H0
Voto em Haddad(2º Turno)	4 / 20	H+
Voto em Branco/Nulo/Não Sabe (2º Turno)	4 / 20	H+

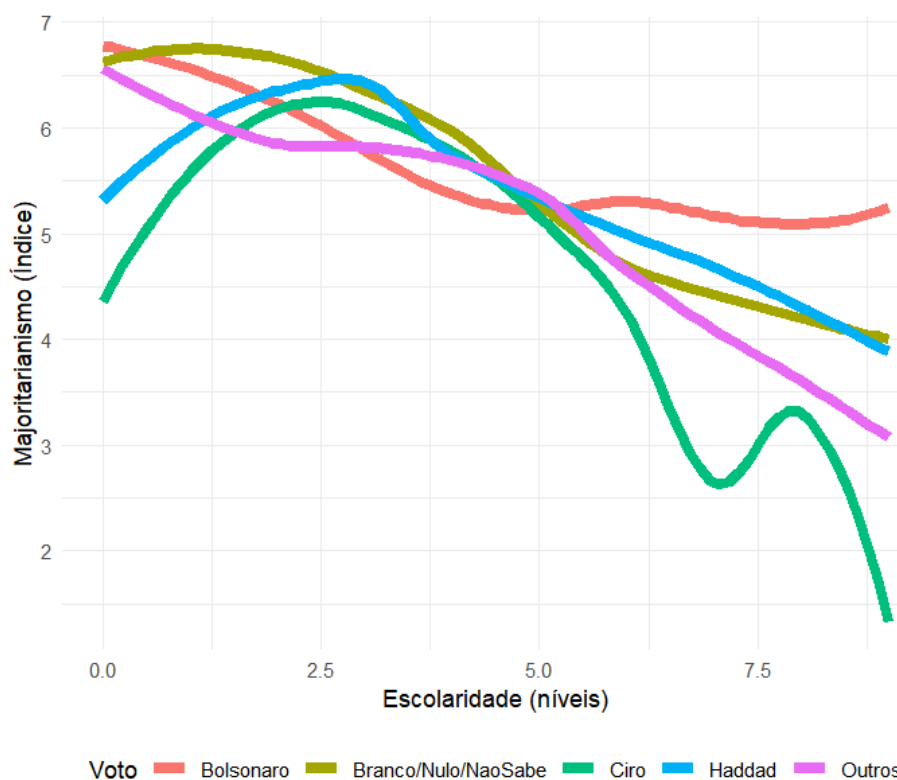
Legenda: H+ corroboração no sentido esperado; H- corroboração no sentido contrário ao esperado; H0 hipótese nula, sem significância estatística  $p < 0.05$ .

Fonte: elaboração própria

Todas as hipóteses foram corroboradas pelos modelos. Em nenhum caso, tivemos H- (ou seja, o bolsonarismo reduzindo majoritarianismo) foi encontrado. Quando as variáveis P18, Q5b e Q4b são unidas (modelos 14,16,18 e 20) há maior proliferação de valores H+.

O preditor mais frágil na corroboração das hipóteses é o voto em Haddad (no primeiro turno). Já no segundo turno o voto no candidato petista é sempre um preditor associado negativamente às posições majoritárias, uma possível razão para essa mudança pode ser explicada pela expressiva votação dos ciristas em Haddad no segundo turno. Na amostra aqui analisada, 57,79% dos eleitores de Ciro Gomes no primeiro turno, votaram em Haddad no segundo turno contra somente 9,9% que declaram ter votado em Jair Bolsonaro.

Figura 7- Cruzamento Escolaridade e Majoritarianismo por tipo de voto no primeiro turno.



Fonte: elaboração própria a partir do Eseb 2018



Os cristas de menor escolaridade não aparentam ser diferentes dos outros eleitores, já entre aqueles apoiadores do pedetista de maior escolaridade é nítida a diferenciação. Outra variável de controle que apareceu significativa em alguns modelos é a renda.

Ainda sobre a dimensão da importância do voto em Ciro Gomes e da escolaridade, a **figura 7** aponta visualmente para uma importante constatação. Esse gráfico traz os valores preditos com o método LOESS da interação voto no primeiro turno e escolaridade e notamos que é entre os bolsonaristas mais escolarizados que se encontram maiores diferenças em relação aos demais candidatos.

## Discussão

Os achados apontam para forte imbricação do bolsonarismo à posição majoritária da democracia. Convém ressaltar que os dados foram colhidos antes do crescimento da tensão entre Bolsonaro e a suprema corte. Embora, alguns dos tópicos mencionados na escala de majoritarianismo já estivessem presentes no discurso do então deputado<sup>17</sup> antes da campanha eleitoral. Foi após o mandato que o acirramento dessa dimensão se mostrou presente<sup>18</sup>. Esse fato se soma ao já mencionado complicador do viés de desejabilidade social para estudos observacionais (BURLE, 2018); essa junção, entretanto, não impediu que os resultados se parecessem aos de Albertus e Grossman (2021).

Mais pesquisas, testes com outras variáveis, e em outros bancos e períodos, além de análise que contemplem outras técnicas são necessários para um maior aprofundamento sobre a ameaça majoritária no Brasil. A contribuição aqui apresentada se soma à de Albertus e Grossman (2021) como um possível alerta para que a temática mereça uma apreciação mais atenta. A inserção de dados eleitorais de 2022, com o decaimento eleitoral da figura de Ciro Gomes, mantendo a proposta aqui apresentada pode ser também de grande valia.

Por fim, é relevante ressaltar que os dados foram coletados imediatamente após as eleições marcantes de 2018, as quais conduziram ao governo Bolsonaro, apoiado de forma abrangente pelos que chamamos de “majoritários”, conforme corroborado em nosso trabalho. Compreender a perspectiva dos brasileiros em relação aos princípios fundamentais da democracia liberal é de suma importância. Este tópico também convida a uma exploração mais profunda das bases de dados que abrangem agora o período pós-Bolsonaro, como o próprio Eseb edição 2022, por exemplo. Isso possibilitaria verificar se o cenário identificado aqui mantém-se, configurando-se como uma agenda de pesquisa estimulante.

## Referências

Albertus, M.; Grossman, G. (2021). "The Americas: When Do Voters Support Power Grabs?" *Journal of Democracy*, 32(2), 116-131.

<sup>17</sup> “O Estado é cristão e a minoria que for contra, que se mude. As minorias têm que se curvar para as maiorias”. (Jair Bolsonaro, 2017 *apud* Arias, 2020)

<sup>18</sup> Vide as reportagens de Mota (2020), Peixoto (2021) e Fernandes (2021)

- Arias, Juan. (2020). "Novo ministro do Supremo de Bolsonaro surpreende (Por Juan Arias)." REVISTA VEJA, São Paulo, 1 dez. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/noblat/novo-ministro-do-supremo-de-bolsonaro-surpreende-por-juan-arias/>. Acesso em: 30 ago. 2021.
- Boas, Taylor; Smith, Amy Erica. (2015). Religion and the Latin American Voter. In: Carlin, R. E., Singer, M. M., Zechmeister, E. J. (org). *The Latin American Voter: Pursuing representation and accountability in challenging contexts*. Ann Arbor: University of Michigan Press. p. 99-121.
- Burle, Fernanda Rivera. (2018). O efeito de desejabilidade social na opinião pública sobre diferentes tipos de políticas de ação afirmativa. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- Campello, Daniela. (2015). Institucionalização Partidária e Consistência Programática: A Resposta da Esquerda a Ataques Especulativos na América Latina. Dados [online]. 2015, vol.58, n.2, pp.427-460.
- Cleveland, W. S. (1988). "Locally weighted regression: An approach to regression analysis by local fitting". *Journal of the American Statistical Association*, 83(403), 596-610
- Dahl, Robert. (2005). *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp.
- Dahl, Robert (2006). *A preface to democratic theory*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Grossman, G., Kronick, D., Levendusky, M., & Meredith, M. (2021). The Majoritarian Threat to Liberal Democracy. *Journal of Experimental Political Science*, p. 1-10. doi:10.1017/XPS.2020.44
- Ferguson, G. A. (1981). *Statistical analysis in psychology and education*. 5.ed. New York: McGraw-Hill Book.
- Fernandes, Augusto. (2021). "Vamos respeitar as minorias, mas quem decide é a maioria", diz Bolsonaro. CORREIO BRASILIENSE, Brasília, 21 mai 2021. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/21/inter\\_na\\_politica,857173/vamos-respeitar-as-minorias-mas-quem-decide-e-a-maioria-diz-bolson.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/21/inter_na_politica,857173/vamos-respeitar-as-minorias-mas-quem-decide-e-a-maioria-diz-bolson.shtml). Acesso em: 30 ago. 2021.
- Hamilton, Alexander; Jay, John; Madison, James. (1993). *Os artigos federalistas 1787-1788*. Nova Fronteira.
- Kaufman, Robert; Haggard, Stephen. (2017). Democratic Decline in the United States: What Can We Learn from Middle-Income Backsliding? *Perspectives on Politics*, 17(2), p. 417-432.
- Kirsch, Helen; Welzel, Christian. (2019). Democracy Misunderstood: Authoritarian Notions of Democracy around the Globe. *Social Forces*, Volume 98, Issue 1, September 2019, p. 59-92. <https://doi.org/10.1093/sf/soy114>.
- Kutner, M. H., Nachtsheim, C. J., Neter, J., & Li, W. (2004). *Applied Linear Statistical Models* (5th ed.). McGraw-Hill.

- Levitsky, Steven; Ziblatt, Daniel. (2018). Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar.
- Mota, Erick. (2020). Bolsonaroistas ameaçam invadir STF e Congresso com apoio de militares da reserva. CONGRESSO EM FOCO, 07 mai. 2020. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/bolsonaristas-ameacam-invadir-stf-e-congresso-com-apoio-de-militares-da-reserva/>. Acesso em: 30 ago. 2021.
- Mounk, Y. (2019). O povo contra a democracia. São Paulo: Companhia das Letras.
- Norris, P.; Inglehart, R. (2019). Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism. Cambridge: Cambridge University Press.
- Oliveira, Renata Andrade de. (2017). A era da democracia confusa: análise das medidas de adesão à democracia nas pesquisas sobre comportamento político. Revista Eletrônica de Ciência Política, v. 8, n. 2, nov. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/56296>. Acesso em: 30 ago. 2021.
- Peixoto, Guilherme. (2021). Bolsonaro questiona derrota de Aécio; PSDB refuta teses sobre fraudes. ESTADO DE MINAS, Belo Horizonte, 29 jul. 2021. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/07/29/interna\\_politica,1291217/bolsonaro-questiona-derrota-de-aecio-psdb-refuta-teses-sobre-fraudes.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/07/29/interna_politica,1291217/bolsonaro-questiona-derrota-de-aecio-psdb-refuta-teses-sobre-fraudes.shtml). Acesso em: 30 ago. 2021.
- Powers, Daniel A., Xie, Yu. (2000). Statistical Methods for Categorical Data Analysis. New York: Academic Press.
- Runciman, David. (2018). Como a democracia chega ao fim. São Paulo: Todavia.
- Schlegel, Rogerio. (2010). Educação e Comportamento Político. Os Retornos Políticos Decrescentes Da Escolarização Brasileira Recente. Online. Disponível em: <0AD. doi:10.11606/T.8.2010.TDE-14102010-105934>. Acesso em: 19 ago. 2021.
- Silva, Gregório Unbehaun Leal da. (2021). Proliferar a democracia em tempos de polarização: a abordagem minimalista. Revista Caminhos, On-line, “Humanidades”, Rio do Sul, ano 12 (n. 43), abr./jun. 2021, p. 9-22. Disponível em: <https://siteunidavi.s3.sa-east-1.amazonaws.com/2021/7/CAMINHOS+HUMANIDADES.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2021.
- Welzel, Christian. (2013). Freedom rising: human empowerment and the quest for emancipation. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wooldridge, Jeffrey M. (2006). Introdução à econometria: Uma abordagem moderna. Thomson Learning.



*Recebido em abril de 2023*  
*Aceito para publicação em julho de 2023*